

28 AGO 1987

anc p.2 **Caneta, saliva e verbas**

~~FOLHA DE SÃO PAULO~~  
São Paulo

O Palácio do Planalto já definiu as três armas que o presidente José Sarney vai usar para evitar que prevaleça, no texto final da Constituição, o sistema parlamentarista que o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, introduziu no seu substitutivo: caneta, saliva e verbas.

A caneta do presidente voltará a ser acionado para punir adversários e premiar amigos, tal como vem ocorrendo em torno da discussão sobre a duração do mandato de Sarney. Quem for presidencialista, será contemplado com as regalias que só o poder central pode oferecer. Quem for contra, ficará falando sozinho.

A saliva, o presidente vai gastar em conversas pessoais, se possível com todos os 93 integrantes da Comissão de Sistematização, instância considerada decisiva. Se o parlamentarismo passar pela Sistematização, serão necessários, no plenário, 280 votos (maioria absoluta) para derrubá-lo, o que é difícil de se conseguir.

E as verbas já estão rolando. Os governos de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, por exemplo, receberam autorização para a emissão de títulos no valor global de pouco mais de Cz\$ 130 milhões. É claro que, no ato de liberação, não consta vinculação alguma

entre ela e a questão do presidencialismo versus parlamentarismo. Mas todos sabem que os governadores são o principal ariete com que conta o Palácio do Planalto para influenciar as bancadas de seus Estados a votarem de acordo com os desejos da Presidência.

Diga-se que as verbas são apenas uma medida de cautela adicional, porque o governo federal sabe que os governadores não querem o parlamentarismo por interesse próprio: introduzido no plano federal, esse sistema de governo pode ser estendido aos Estados, cortando poderes dos governadores.

As armas do Planalto parecem já estar produzindo frutos, como constata o senador Mário Covas, líder do PMDB no Congresso constituinte e parlamentarista: "Os presidencialistas já estão começando a botar a cara de fora", diz ele.

O ministro da Previdência Social, o sindicalista Raphael de Almeida Magalhães, concorda: "No fim, vai dar presidencialismo".

Clóvis Rossi